

ciência+saúde

Desmatamento na Amazônia volta a crescer

Após quatro anos em queda, devastação aumenta 28% entre julho de 2012 e agosto de 2013 em relação ao período anterior

Apesar da elevação, área desmatada é a segunda menor em mais de 20 anos, perdendo só para 2012

JOHANNA NUBLAT
DE BRASÍLIA
GIULIANA MIRANDA
ENVIADA ESPECIAL A VARSÓVIA

Depois de quatro anos em queda, o desmatamento na Amazônia voltou a subir. Números preliminares do monitoramento da floresta divulgados ontem pelo Ministério do Meio Ambiente apontam alta de 28% no corte raso de árvores entre agosto de 2012 e julho de 2013 em relação aos 12 meses anteriores.

Apesar do crescimento, o resultado do Prodes (Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica por Satélites) indica que a área desmatada (5.843 km²) é a segunda menor em mais de vinte anos, atrás apenas da divulgada em 2012 (4.571 km²).

O número do ano passado representou uma queda de 29% em relação ao dado de 2011 e foi a menor taxa de devastação desde o início do monitoramento feito pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), em 1988.

Em entrevista coletiva, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, classificou a taxa de desmatamento de “inaceitável” e afirmou que não há corte de investimento na fiscalização.

Segundo ela, 4.000 processos criminais foram abertos pelo Ibama no período avaliado pelo Prodes 2013.

Izabella também disse que voltará mais cedo da conferência do clima —que ocorre em Varsóvia, na Polônia, para onde viaja na segunda—, para uma reunião com os secretários estaduais do meio ambiente da Amazônia.

O governo quer verificar os dados do desmatamento permitido pelos Estados, frente ao total do Prodes, e questionar sobre o uso do solo.

Sem nomear responsáveis, a ministra fez críticas a gestores da região. “Como que não vê que está desmatando mil hectares? É preciso que eu saia daqui para ver?”

CAMPEÕES

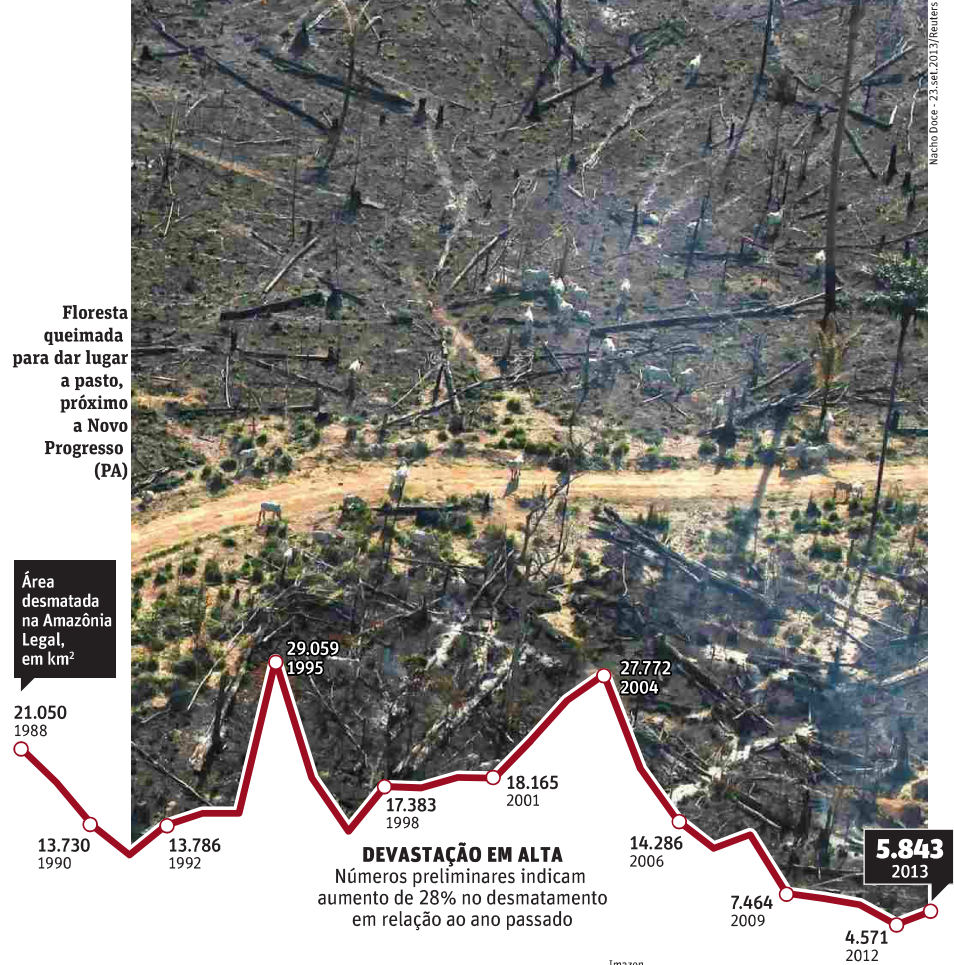
Pará e Mato Grosso lideram entre os Estados com maior área devastada, com 2.379 km² e 1.149 km².

Peço que os Estados e municípios se engajem na questão do desmatamento. Como que não vê que está desmatando mil hectares? É preciso que eu saia daqui para ver?

IZABELLA TEIXEIRA
ministra do Meio Ambiente

A aprovação do Código Florestal tem uma boa culpa disso. Quem faz acordo com ruralista acaba com desmatamento

MÁRCIO ASTRINI
coordenador da campanha da Amazônia do Greenpeace



Segundo a ministra, o perfil do desmate no Mato Grosso é de áreas de tamanho médio (100 a 300 hectares), em propriedades privadas, o que indica a expansão da área agrícola para cultivo da soja.

Já no Pará houve a volta de grandes áreas desmatadas (acima de mil hectares), predominantemente em torno da BR-163, que podem indicar a grilagem para especulação.

A presença desses polígonos grandes, que não apareciam nas últimas medições, foi classificada pela ministra como a segunda “má notícia”, para além do aumento na devastação.

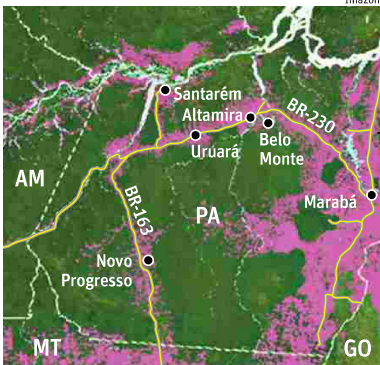
ONGs ambientalistas estão atribuindo a alta ao Código Florestal, sancionado em 2012. Para os ativistas, as leis aprovadas foram um retrocesso, ao reduzir áreas protegidas e anistiar o desmate em certos casos.

“A mensagem que o Código Florestal passa para os desmatadores é clara: pode desmatar que em Brasília a gente garante vocês”, afirma Márcio Astrini, coordenador da campanha da Amazônia do Greenpeace.

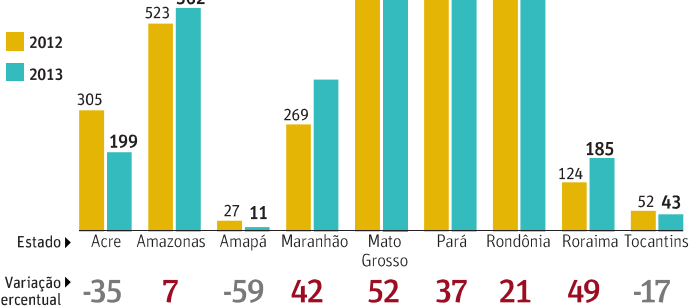
A ministra negou essa conexão e afirmou que, quando o código anterior estava vigente, as taxas de desmatamento eram maiores.

Segundo Heron Martins, pesquisador da ONG Imazon (Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia), as obras de infraestrutura têm causado a redução de unidades de conservação. “Isso dá margem ao desmatamento especulativo, em que se desmata uma unidade de conservação na esperança de que ela vá ser reduzida e, assim, gere lucro.”

A jornalista GIULIANA MIRANDA viajou a convite da Deutsche Welle Akademie



DESMATE NA AMAZÔNIA LEGAL



NA INTERNET
Alta não atrapalha ações do Brasil na conferência, diz ministra
folha.com/ambiente

ANÁLISE

Fase mais dura do combate à destruição só está começando

MARCELO LEITE
DE SÃO PAULO

O aumento de 28% na taxa anual de desmatamento na Amazônia não chega a alarmar, mas é preocupante. O problema está na mudança da dinâmica do desmatamento, que pode tornar obsoletas as formas de combate que vinham funcionando.

A marca de 5.843 km² ainda está muito abaixo de todos os períodos anteriores desde 1988 (exceto 2012). Naquele ano, pereceram 27,7 mil km², quase um Sergipe e meio.

De 2004 a 2012, a redução foi de 84%. Um sinal claro de que as medidas de combate estavam funcionando. Entre as mais eficazes figuram a lista de municípios com desmate superior a 110 km² num ano e as restrições de crédito para produtores rurais.

Agora surge um patamar de 5.000 km². Já se fala em “núcleo duro” do desmatamento, mais difícil de conter.

A maior parte do desmatamento na Amazônia é ilegal. Isso fica evidente no fato de 60% do desmate ocorrer em fragmentos de menos de 25 hectares (500 m x 500 m).

É o limite inferior da capacidade de detecção dos sensores em satélites usados pelo sistema Deter — os binóculos do Ibama. Seus alertas diários apontam ainda a fiscalização precisa ir.

NUVENS E CHUVAS

Os desmatadores ilegais já sabem disso. Não só cortam áreas menores que 25 hectares como passaram a desmatar no “inverno” amazônico, o período chuvoso no primeiro semestre. Ajuda a evitar flagrantes, porque as nuvens turvam a visão dos satélites.

Os pontos de aumento de desmate, agora, se concentram no Estado do Pará: ao longo da rodovia BR-163, principalmente em torno de Novo Progresso, e na região de Altamira, no eixo da Transamazônica. Outra estrada, a BR-319 (Manaus-Porto Velho), está na origem de um foco novo, no sul do Amazonas.

Repete-se, assim, um padrão velho de décadas: rodovias asfaltadas induzem desmatamento. As terras se valorizam, o que estimula grileiros, que desmatam para tomar posse da terra, na esperança de um dia vendê-la ou ter a posse reconhecida.

É o que se chama de desmatamento “especulativo”. Ele não é promovido por produtores interessados em abrir áreas para produzir alimentos (gado e grãos), relativamente mais fáceis de reprimir com o torniquete do crédito. O desmatamento está agora mais pulverizado, espalhado pela vizinhança de assentamentos e regiões de garimpo.

A ministra Izabella Teixeira, do Meio Ambiente, não mede esforços para fazer crer que já dispõe de armas e tropas para combatê-lo. Mas ainda é cedo para afirmar, como ela, que se trata de uma flutuação nas taxas de desmate.